

CUBATÃO — UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO NÃO SUSTENTÁVEL

ÉDIS MILARÉ
Procurador de Justiça
de São Paulo

RONALD VICTOR ROMERO MAGRI
1º Promotor de Justiça do
Meio Ambiente de São Paulo

Há vinte anos, o nome Cubatão era desconhecido no mundo e, para a maioria dos paulistas, não representava mais que um vago ponto de passagem, no trajeto da Capital, para as praias da baixada santista.

Fora de seus próprios limites, o município era notório apenas para os taumaturgos do “milagre brasileiro”, cujo brilho efêmero então deslumbrava os espíritos acrílicos.

Ali se instalava — diriam — um pólo industrial de base, que bem poderia simbolizar e resumir a arrancada brasileira para o desenvolvimento: o lugarejo estagnado de há pouco transmutava-se em pujante complexo sidero-químico; os manguezais bochornosos e improdutivos sediam lugar aos altos-fornos e as torres de “craking”, fornalhas de dólares que em breve metamorfozariam o trópico indolente em potência do primeiro mundo...

Na visão dos tecnocratas entronizados no poder, o desenvolvimento econômico era um fim em si mesmo, e dever-se-ia perfazer seguindo um processo linear, conforme ao modelo proposto por economistas ortodoxos da escola americana.

Segundo esse modelo, os países nascem subdesenvolvidos, passam por uma fase de desenvolvimento e, após superar o momento crítico do chamado “take off point”, tornam-se desenvolvidos, muito semelhante a um organismo vivo que passa pelos estágios de infância, adolescência e maturidade.

Dentro desse figurino, o Brasil, que a partir da Primeira Grande Guerra iniciara um processo de industrialização e expansão da fronteira econômica, pela ocupação de seus espaços internos, seria um país “em desenvolvimento”.

Mantida a mesma tendência, o que seria possível se a nação se submetesse docilmente ao catecismo desses economistas, com o tempo o Brasil seria admitido ao seletor clube dos ricos, merecendo o título de “país desenvolvido”, ou “sociedade pós-industrial”.

No entanto, já naquela época, os países portadores desses títulos haviam despertado para o fato de que o chamado “progresso” tinha um preço e as respectivas sociedades começavam a questionar se o benefício auferido valia em todos os casos o custo correspondente.

Na Inglaterra, em 1952, cerca de 4.000 pessoas haviam morrido em

poucos dias em consequência de um episódio agudo de poluição do ar na cidade de Londres. No Japão, o “desastre de Minamata”, relacionado à poluição das águas da baía desse nome por mercúrio, causara a morte ou lesões nervosas irreversíveis a milhares de pessoas. Na Alemanha, o Rio Reno, cujo nome significa **puro** (rein), transformara-se no esgoto da Europa, receptáculo dos detritos químicos e siderúrgicos do vale do Rhur. Nos Estados Unidos, o “smog” permanente de Los Angeles era apenas amostra dos 200 milhões de toneladas anuais de poluentes lançados ao meio ambiente pelos automóveis e indústrias.

A conscientização desses flagelos mobilizou as sociedades civis dos países do primeiro mundo, levando-os a debater o problema da poluição na Conferência do Estocolmo, em 1972.

Nesse conclave, o Brasil tornou-se tristemente famoso, ao declarar, pela boca de um de seus ministros, que poluição era sinônimo de desenvolvimento, e como tal antítese da pobreza.

Poluição era, assim, consoante essa ótica estreita, que como veremos ainda perdura entre os políticos e técnicos nativos, mero inconveniente, ao qual o homem moderno deveria resignar-se, “como uma fatalidade do progresso”(1).

Entretantes, em Cubatão, os fatos seguiam seu curso, e as consequências das ações impensadas maturavam seus frutos, para provar que a realidade é muito mais complexa do que sonham nossas vãs teorias econômicas. Mas dez anos ainda deveriam passar até que o nome da tragédia de Cubatão ganhassem o mundo.

A GEOGRAFIA

O município de Cubatão ocupa uma área de 160 km², parte na baixada do estuário de Santos, parte na encosta da Serra do Mar.

Trata-se de região constituída, geomorfologicamente, por compartimentos bem individualizados, embora de evolução interdependente: a Serra do Mar, as planícies de piemonte, os manguezais, as planícies de restinga e as praias (2).

Destes elementos, o mais importante é constituído pela vertente atlântica da Serra do Mar, com seus espigões avançados e morros isolados da baixada Santista.

Esse maciço cristalino elevou-se provavelmente há mais de 200 milhões de anos, coincidindo então como um rebordo da plataforma continental sul-americana.

O trabalho da erosão ao longo das eras é que a fez remontar até a posição atual, esculpindo-lhe as reentrâncias e construindo, com os sedimentos desagregados, a planície litorânea.

(1) Murilo Melo Filho, “O Milagre Brasileiro”, 8ª ed., Rio de Janeiro, Bloch Editores S/A, 1972, p. 188.

(2) Anthony de Christo et. al., *Cubatão: Uma Radiografia para a Sobrevivência*, São Paulo, CETESB, 1984.

O subsolo da Serra do Mar é constituído principalmente por granitos e gnaisses, com encaixes de xisto. Este, por ser mais mole, cede primeiro à erosão, abrindo espaços para a formação de vales como os dos rios Mogi e Cubatão, importantes para os fenômenos que examinamos.

Tanto a serra quanto as planícies sedimentares de piemonte, baixas e geralmente planas ou levemente onduladas, eram originalmente recobertas pela chamada Mata Atlântica, ou Floresta Tropical Latifoliada Úmida de Encosta.

Trata-se do mais rico ecossistema do planeta em diversidade biológica, abrigando cerca de 1.600 espécies por hectare. Só esse fato deveria impor a sua conservação a todo custo, como verdadeiro tesouro estratégico, a título de reserva genética para o futuro.

Mas, a sua importância imediata, no contexto litorâneo, deriva do papel fundamental exercido pela floresta como mecanismo amortecedor da erosão pluvial e estabilizador das encostas da serra.

A Serra do Mar é, em verdade, o rebordo do planalto formado pelo escudo cristalino atlântico, com desníveis abruptos de cerca de 800 a 1200 metros. Como já se disse, sua evolução geológica tem se processado pela erosão remontante, que faz recuar a escarpa para o noroeste, acumulando-se os detritos em forma de planície litorânea, cuja dinâmica é acentuada pela periódica oscilação do nível do oceano, bem como pela formação de restingas de gênese marinha.

Assim é que o paleogolfo de Santos foi aterrado, formando-se o atual estuário santista.

A erosão pluvial é acentuada no setor paulista da Serra do Mar, pois aí se registram os índices pluviométricos mais elevados do país e dos mais altos do mundo, não sendo raras precipitações anuais da ordem de 4.000 mm. São freqüentes chuvadas intensas e prolongadas, já se tendo registrado, em 48 horas, 344 mm de precipitações (22/23 de janeiro de 1985), na região de Paranapiacaba(3). Os dias de chuvas chegam a 270 por ano.

Esse intenso intemperismo, agindo sobre o solo, o regolito subjacente e as rochas, é que propicia o desmonte da escarpa, quer pelo desgaste paulatino, quer pelas grandes movimentações de massa ("landslides").

Contudo, ao longo de milhões de anos de evolução paralela, a Serra do Mar e Mata Atlântica formaram um perfeito sistema de interação recíproca, em que a floresta atua como freio à erosão hídrica, protegendo assim o solo que a sustém.

A proteção se dá por muitos modos. Primeiramente, pelo próprio escudo formado pelo dossel de folhas, que impede o impacto direto da chuva sobre o solo. Uma árvore de 5 metros de diâmetro de copa pode ter uma superfície foliar de até 1.000 m². Depois, pela rugosidade da casca das árvores da

(3) Aziz Nacib Ab'Saber, *A Serra do Mar na região de Cubatão: avalanches de janeiro de 1985, A Ruptura do Equilíbrio Ecológico na Serra Paranapiacaba e a Poluição Industrial*. Academia de Ciências do Estado de São Paulo — ACIESP.

mata, muitas vezes maior que a de árvores exóticas, como o eucalipto, que retarda por horas e até dias o escoamento da água pelo tronco até o chão. A seguir, pelos restos de serrapineira vegetal que recobrem o solo da mata, que podem reter até 5 vezes o seu peso em água(4). Depois pela evapotranspiração das plantas, que retira do solo milhares de toneladas d'água por hectare, criando uma pressão hidrodinâmica negativa que alivia o peso da terra sobre os declives. Por fim, de suma importância é o efeito de travamento exercido sobre o solo pelo sistema radicular das árvores e demais formas de vegetação da mata. A resistência ao cisalhamento e ao escorregamento do solo chega a aumentar de quatro vezes em função da amarração propiciada pelas raízes(5).

De todos esses fatores, o sistema radicular é o único que continua atuando por anos após a derrubada da floresta. Contudo, com o apodrecimento das raízes, os fenômenos de deslizamento de taludes aumentam assustadoramente.

Com tudo isso, mesmo na presença da floresta, em função das drásticas declividades das encostas na região de Cubatão, que chegam a 95% em alguns pontos, os escorregamentos ocorrem periodicamente de modo natural.

É nesse cenário altamente dinâmico e instável que vem se dar a intervenção do homem, desestabilizando, em seu próprio prejuízo, o delicado equilíbrio natural.

A HISTÓRIA

Em termos pré-históricos, a região de Cubatão foi ocupada por índios, que utilizavam como rota em suas perambulações sazonais do planalto ao litoral, aonde desciam durante os meses de inverno para fugir do frio e pescar tainhas(6).

Os colonizadores, em função do clima opressivo do local, preferiram fixar-se junto ao mar, em São Vicente, ou no Planalto, utilizando a região, por séculos, apenas como fonte de matéria prima.

A cidade de Cubatão foi fundada em 19 de fevereiro de 1903, advindo o nome, provavelmente, de vocábulo africano significando "pequeno morro ao pé da serra". Surgiu o povoado em função da construção da "Calçada do Lorena", que descia a serra desde São Paulo, e do aterro que o ligava a Santos, para escoar a produção de açúcar e café do Planalto(7).

Por mais de um século evoluiu a vila lentamente, baseando-se a sua economia, sucessivamente, no cultivo da banana e na extração das árvores de mangue, de cuja casca era extraído o tanino utilizado em curtume.

A abundância desta matéria prima propiciou o surgimento da primeira indústria do município: o "Curtume Costa Moniz", que perdurou de 1912 a

(4) Helmut Troppmair et al., "Cobertura Vegetal, Poluição Aérea e Deslizamentos na Serra do Mar", *Geografia*, 12 (23): 117-129, 1987.

(5) F.L. Prandini et al., "Atuação da Cobertura Vegetal na Estabilidade das Encostas — Uma Resenha Crítica", Trabalho apresentado ao 2º Congresso Brasileiro de Florestas Tropicais, Mossoró (RN), 1976.

(6) Samuel Murgel Branco, "O Fenômeno Cubatão", São Paulo, CETESB, 1984, p. 30.

(7) Samuel Murgel Branco, ob. e loc. cit. (passim).

1950, utilizando, bem ao contrário do que sucederia depois, insumos e mão de obra local.

No mesmo período, instalaram-se ali a Indústria Química — J.B. Duarte e a Companhia Santista de Papel.

Em 1926, a “Light and Power Co.”, concessionária dos serviços de eletricidade em São Paulo, inaugurou a Usina Henry Borden, que, utilizando-se da água acumulada no reservatório idealizado pelo engenheiro americano A. W. Billings, no planalto, gerava energia para as indústrias da Capital. Com a ampliação da Usina, por volta de 1950, pode se dar por encerrada a primeira fase da industrialização de Cubatão.

Estava prestes a iniciar-se a segunda fase, com a instalação do complexo industrial, cumprindo ainda assinalar, como precursores relevantes desse evento, a construção da linha férrea Santos-Jundiá e da Via Anchieta, que, cruzando o território do Município, asseguram ligação fácil com o porto de Santos e o mercado consumidor da Capital do Estado.

O COMPLEXO INDUSTRIAL

Do que ficou dito, e mais, de simples exame do local, fica patente ser o território de Cubatão um santuário ecológico.

Boa parte de seu solo é constituído pelas várzeas salinas dos mangues, inundadas a cada preamar. A cidade e seu entorno são encapsuladas entre os paredões abruptos da Serra do Mar e seus espigões avançados, que imobilizam as massas de ar num permanente mormaço. Esse verdadeiro caldeirão climático é ainda tamponado freqüentemente, por inversões térmicas a meia-encosta, desfavorecendo a dispersão de poluentes. Os ventos são constantes, dos quadrantes sul e leste, de molde a empurrar as emissões das fábricas para o fundo dos vales. O regime de chuvas é o mais copioso do Brasil. As encostas da serra são instáveis. Os mananciais que cortam o município abastecem as grandes populações da baixada Santista, o que se recomendaria mantê-los puros.

Por fim, nem o petróleo, nem o ferro, nem o carvão, nem a rocha fosfática, nem qualquer das outras matérias primas utilizadas no pólo industrial ocorrem em Cubatão; 70% da mão de obra ali empregada não é autóctone, provindo na maior parte de outros estados(8), e 80% dela reside nos municípios vizinhos(9); e não há mercado local para os produtos dessas indústrias pesadas, devendo ser exportada toda a produção.

Com tudo isso, elegeu-se Cubatão para sediar o grande complexo siderúrgico-petro-cloroquímico da Região Sudeste, em função apenas da proximidade do porto, das vias de acesso aos mercados de São Paulo e A.B.C., e da disponibilidade de energia, além, é claro, da conveniência dos capitalistas,

(8) Samuel Murgel Branco, *ob. e loc. cit. (passim)*.

(9) Nivaldo Lemes da Silva Filho, “Regeneração Natural e Plantio de *Brachyria Bizanta* e Espécies Nativas Herbáceas em Áreas Deslizadas da Serra do Mar, Cubatão, SP”, Piracicaba, 1991.

interessados em impostos baixos, terrenos e mão-de-obra baratos.

Nenhuma consideração quanto aos interesses dos moradores locais, e quanto ao impacto do pólo sobre o meio ambiente perpassou a mente dos planejadores de então.

As primeiras indústrias a se instalarem no local foram a Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, e a Cia. Siderúrgica Paulista — COSIPA, a primeira junto ao Caminho do Mar e a segunda na região de Plaçaquera, já no baixo vale do Rio Mogi.

As duas imensas plantas causam, por si sós, enormes impactos diretos, eliminando bananais que constituíam a principal atividade agrícola da área, e aterrando milhões de metros quadrados de mangues, além de carrear para a pequena cidade grandes contingentes de população adventícia, destruindo os costumes e as bases da sociedade local.

Mas, era apenas o começo. Logo depois a elas vêm somar-se 22 outras indústrias, tecendo-se o imenso complexo, filiado, de certo modo, à refinaria, cujos subprodutos utiliza como insumos ou combustíveis.

Assim é que terminaram por instalar-se no vale do baixo Mogi, entre as serras do Paranapiacaba e do Morrão, ocupando uma área de cerca de 20 km², as seguintes empresas:

- 1) ADUBOS TREVO S/A
- 2) ALBA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- 3) CARBOCLORO S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS
- 4) CIMENTO SANTA RITA S/A
- 5) COMPANHIA BRASILEIRA DE ESTIRENO
- 6) COMPANHIA SANTISTA DE PAPEL
- 7) CONCREBRÁS S/A, ENGENHARIA DE CONCRETO
- 8) CONCRETEX S/A
- 9) COPEBRÁS S/A
- 10) ENGEBASE MECÂNICA DA BAIXADA SANTISTA LTDA.
- 11) ENGECLOR INDÚSTRIA QUÍMICA S/A
- 12) GESPA — GESSO PAULISTA S/A
- 13) IAP S/A INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES
- 14) LIQUID CARBONIC INDÚSTRIAS S/A
- 15) LIQUID QUÍMICA S/A
- 16) MANAH S/A
- 17) PETROCOQUE S/A — INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- 18) RHODIA S/A
- 19) SOLO RICO S/A — INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- 20) MAQ-METAIS — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E METAIS LTDA
- 21) ULTRAFÉRTIL S/A — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES
- 22) UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.

O complexo industrial passou a produzir, além de derivados de petróleo e aço, resinas fenólicas, cloro, ácido clorídrico, soda, barrilha, PVC e resinas vinílicas, papel, cimento, pentaclorofenol, fertilizantes fosfatados, ácidos sulfúrico e fosfórico, estireno, tolueno, propileno, ácido nítrico, nitrato de amônia, polietileno, acetileno, além de inúmeros outros produtos, dentre os quais inseticidas, explosivos e borracha sintética.

Gerava-se ali 3% do PIB nacional.

No entanto, as 116 fábricas do complexo geravam também 400.000 toneladas anuais de poluentes(10), oriundos de 320 fontes, e que eram lançados à atmosfera, nos rios, e em “cemitérios químicos” clandestinos.

A CRISE

Durante anos prosseguiu o crime silencioso. Era a época da repressão, e, devido à importância estratégica do pólo industrial, qualquer crítica aos poluidores era taxada de subversiva e atentatória à segurança nacional.

Em 1982, a abertura política propiciou uma válvula para que viesse a furo a verdade por tanto tempo reprimida. A ferida cubatense foi exposta ao mundo, que verificou estarrecido os resultados de um “desenvolvimento” perpetrado sem nenhum respeito pela natureza e pelo ser humano.

Que lugar era esse, onde a população era bombardeada a cada dia com acima de um milhão de quilos de um coquetel de mais de uma centena de produtos mortais, dentre os quais ácidos clorídrico, nítrico e sulfúrico, benzeno, cádmio e outros metais pesados, calcário, cloro, dióxido de enxofre e nitrogênio, dodecano, fenantreno, misturas de fertilizantes, gás sulfídrico, monóxido de carbono, fluoretos, negro de fumo e tetracloroeto de carbono(11)?

Que lugar era esse, onde cada homem e mulher, velho e criança, recebia a cada dia doze quilos de compostos venenosos e cancerígenos? Onde 18% da população sofria de doenças respiratórias? Onde se registrava os mais altos índices de anencefalia (crianças nascidas sem cérebro) do hemisfério (1 caso para cada 250 nascimentos)? Onde se verificava a maior taxa de mortalidade infantil do estado (72 óbitos para cada 1.000 crianças até 1 ano)? O mais alto nível de favelamento do mundo.

Esse lugar era município de maior renda “per capita” do país, e o segundo em arrecadação de impostos(12).

E foi assim que Cubatão se tornou mundialmente conhecida como a cidade mais poluída do mundo. Vila Parisi, o bairro operário do pólo, ganhou o apelido de “o Vale da Morte”, após um documentário da TV francesa que exibiu ao mundo um lugar onde as crianças — as que sobreviviam — nunca haviam visto flores nem borboletas(13).

(10) Randáu Marques, “Serra do Mar: o governo escondeu o perigo”, *Jornal da Tarde*, 27-05-85.

(11) “O Segredo da Cidade Envenenada”, *O Estado de São Paulo*, 04-03-82.

(12) Mário Lúcio Franklin, “Cubatão. A Cidade dos Meninos Mortos”, *O Estado de São Paulo*, 18-02-82.

(13) “Na TV francesa, um documentário sobre Vila Parisi”, *Jornal da Tarde*, 06-02-82.

Ao redor de Cubatão, a massa de poluentes lançados na atmosfera, empurrada contra as encostas da Serra pelos ventos dominantes de sudoeste, travava verdadeira guerra química contra a Mata Atlântica. Esta, asfixiada pelas poeiras, envenenada pelos fluoretos, corroída pelas chuvas ácidas, fenecia aos poucos, expondo as encostas nuas dos morros, crivadas de troncos mortos, às chuvas torrenciais.

A comunidade técnico-científica lançou repetidos alertas quanto ao risco de uma catástrofe em Cubatão, prevendo gigantescos desabamentos e corridas de lama, no caso de fortes chuvas, por causa da desestabilização das encostas da serra em consequência da morte da vegetação(14). Em tal hipótese, o pólo industrial estaria diretamente ameaçado, com alta probabilidade de ocorrência de rompimento de dutos e reservatórios de produtos químicos, com resultados catastróficos.

No entanto, a advertência caía em ouvidos moucos. Um industrial paulista declarou que poluição era “doença de países pequenos e sem as nossas potencialidades territoriais”. A Confederação Nacional da Indústria pressionava o governo federal para amenizar a recém-ditada Lei 6.938/81, que definiu a Política Nacional do Meio Ambiente e estabeleceu a responsabilidade civil do poluidor. O então governador do estado entendeu que a solução seria remover a população da área mais poluída — Vila Parisi (o que mais tarde acabou por se concretizar)(15).

Comentando essa atitude, diz Samuel Murgel Branco:

“Há, porém, situações moralmente mais graves: aquelas em que o desastre ecológico nem sequer é consequência de um acidente, ou de uma falha momentânea, mas, sim, do efeito persistente, contínuo e cumulativo de substâncias nocivas deliberadamente lançadas no ambiente. Existem inúmeros casos destes em todo o mundo, demonstrando a frieza com que certos industriais, embora conhecedores dos males que eventualmente poderão causar, persistem na conduta criminosa de deixar como está para ver como fica”(16).

A AÇÃO

Cabia à própria natureza dar um **basta** a essa situação insustentável.

Em fins de janeiro de 1985, após vários dias de pesadas chuvas, as encostas escavadas da Serra do Mar, em todo o entorno do pólo industrial, não resistiram ao peso da água que as encharcavam e começaram a vir abaixo. Numa área de 67km² das Serras de Paranapiacaba e do Morrão, grandes massas de solo, blocos de rochas decompostas e toda uma biomassa derrubada de árvores mortas rolaram pelas escarpas, rasgando mais de quinhentas feridas na vegetação remanescente. O movimento de massa rompeu, no pé da serra, um duto de amônia, obrigando a evacuação de Vila Parisi.

(14) “*Degradação da Cobertura Vegetal da Serra do Mar em Cubatão, Avaliação Preliminar*”, São Paulo, CETESB, janeiro de 1981.

(15) *Randau Marques*, “Poluição: a ameaça continua”, *Journal da Tarde*, 23-03-82.

(16) *Samuel Murgel Branco* — *op. cit.*, p. 76.

Agora era preciso fazer alguma coisa. Formaram-se comissões governamentais. As indústrias viram-se obrigadas a discutir com a CETESB programas de controle de poluição. Medidas de emergência de todo tipo foram propostas, desde o terracimento das encostas para o plantio de arroz, até a construção de gigantescas obras civis para conter a derrocada da serra. As empresas diretamente ameaçadas, com o beneplácito do governo, e contra a opinião dos técnicos, plantaram centenas de toneladas de sementes de braquiária, um capim africano, nas feridas abertas pelos deslizamentos, visando com isso conter o solo mobilizado.

E assim outro ano se passou, sem que o plano de controle da poluição fosse implementado.

Contudo, havia um fato novo no panorama ambiental brasileiro.

A mesma Lei 6.938/81, já citada, atribuiu ao Ministério Público a missão de responsabilizar civilmente os degradadores da natureza. Algumas ações já tinham sido propostas, mas, faltava um instrumento processual adequado, uma ação específica para as causas ambientais.

Até que, em parte graças ao trabalho de promotores paulistas, foi promulgada a Lei nº 7.347, de 24/07/85, que disciplinava a Ação Civil Pública.

Equipado com o novo armamento legal, o Ministério Público do Estado de São Paulo, juntamente com a entidade ambientalista OIKOS — União dos Sensores da Terra, promoveu Ação Civil Pública contra as 24 empresas do pólo sidero-petro-cloroquímico de Cubatão, responsabilizando-as pelos danos causados à Mata Atlântica e à Serra do Mar, no Vale do Rio Mogi, naquela comarca.

Pela primeira vez na história do país viam-se os poluidores ameaçados de arcar com os custos da reparação dos danos por eles provocados, desde sempre transferidos para a sociedade.

Estimativas baseadas em precedente japonês⁽¹⁷⁾ alvitavam o custo de US\$ 150.000.000 para a reparação dos danos. Outras projeções chegaram a estipular US\$ 800.000.000.

A verdade é que não se sabe **quanto**, uma vez que o dano é demasiado complexo e dependerá de liquidação por perícia.

Também não se sabe **quando**, pois decorridos seis anos e encarniçadas batalhas processuais, que chegaram até o Supremo Tribunal Federal, agora é que o processo vai adentrar a fase de produção de provas.

Nem é necessário repisar as dificuldades dos autores no embate contra réus tão poderosos, assistidos pelos melhores escritórios de advocacia do país, uma vez que a "Ação de Cubatão", como se tornou conhecida, já entrou para os anais forenses e para a história do movimento ambientalista nacional.

Talvez seja o momento de questionar-se o sistema judiciário brasileiro, cujos instrumentos e métodos anacrônicos permitem que se dilate tanto no tempo a solução de uma causa de tão avultado interesse público.

(17) "A Morte Desce a Serra" — Revista Visão, 11-03-85, pg. 26.

Contudo, mesmo longe de uma solução de mérito, a “Ação de Cubatão” já produziu frutos.

Hoje, ninguém mais ousaria defender, ao menos de público, a manutenção da poluição. Se não mudou a alma dos poluidores, pelo menos o seu discurso tornou-se mais “Soft”.

Há até certo exagero nesse discurso, pois inúmeros cristãos novos da ecologia, transmutados em verdadeiros apóstolos do meio ambiente, agora propalam que Cubatão acaba de transformar-se no mais recente paraíso ambiental.

Recente encarte de uma revista de grande circulação, sintomaticamente intitulado “Cubatão — Cidade Símbolo da Ecologia”, ricamente ilustrado com fotos de crianças saudáveis, jardins verdejantes e céus translúcidos, busca inculcar que, graças, à ação governamental e à iniciativa das indústrias, a poluição foi banida de Cubatão. Será verdade?

É fato que muito se fez. Depois da ação do Ministério Público — talvez por causa dela — as indústrias buscaram entender-se com a CETESB. Quase todas vêm cumprindo os programas de controle do órgão ambiental. Cerca de 350 milhões de dólares foram investidos em equipamentos anti-poluentes.

Relatórios recentes da CETESB(18) dão conta de que, das 320 fontes de poluição detectadas no complexo, 287 acham-se controladas; a emissão de muitos poluentes (poeiras, fluoretos, amônia), já se acha reduzida em mais de 90%; diminuíram os estados de alerta e emergência na cidade; e assim por diante.

Todavia, também é fato que a situação está muito longe do ideal, e até do aceitável.

Os níveis de material particulado no ar ainda são superiores ao máximo admitido pela Organização Mundial de Saúde; mesmo no final do programa de controle, certos poluentes perigosos, como os óxidos e enxofre e nitrogênio, causadores de chuvas ácidas, só estarão reduzidos em 37 e 22%, respectivamente; a COSIPA, que está sendo processada pelo Ministério Público por não obedecer ao cronograma de controle de material particulado, foi agraciada pela CETESB com injustificável moratória; os poluentes persistem no solo da serra, que se acha, em muitos pontos, de tal modo esterilizados, que as próprias folhas tombadas ao chão não se decompõem, por absoluta ausência de microorganismos.

Por outro lado, qual o significado efetivo, em termos de qualidade do ar, do controle de “90% das fontes de poluição”?

Se uma cidade tem, por exemplo, 3 padarias e uma fábrica de papel, e colocam-se filtros nas chaminés das padarias, pode-se afirmar que 75% das fontes de poluição estão controlados; mas em que isso melhoraria o ar local e a vida da população?

(18) “Ação da CETESB em Cubatão”, Situação em Janeiro de 1989 / Situação em Janeiro de 1991, São Paulo, CETESB.

Em termos de qualidade de vida, 65% da população de Cubatão continua favelada. Vila Parisi foi desmontada, e dez mil de seus habitantes transferidos, mas, quem ainda lá vive padece de doenças respiratórias, juntamente com 13% da população do município(19). Em 1989, a cidade só tinha 148 ligações de esgoto. Na mesma época, registravam-se 300 casos de leucopenia, doença incurável causada por exposição ao benzeno(20).

Velhos cemitérios químicos continuam a ser descobertos — um em pleno “Parque Ecológico”, às margens do Rio Cubatão — exsudando os seus depósitos mortíferos.

Sim, a poluição diminuiu, mas, melhorou a vida dos cubatenses?

Nada do que as indústrias produzem — salvo a poluição — fica no município. Migram até mesmo os salários por elas pagos, calculando-se que apenas 1% deles são gastos no município.

O MODELO

Com a indagação acima formulada, tornamos ao início deste artigo, à comparação entre o desenvolvimento de Cubatão e o do Brasil.

Paradoxalmente, o paralelo é procedente, e cabe extrapolar a indagação: Melhorou a vida dos brasileiros?

À véspera da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ressuscitam vozes retrógradas, repetindo a surrada mentira de que a devastação do meio ambiente é o preço a pagar pelo “progresso”, pois foi esse o caminho trilhado pelos países “desenvolvidos”.

Do “progresso” propiciado pela devastação do ambiente temos boa amostra em Cubatão.

Esse tipo de paralelo equivale a dizer que a causa do desenvolvimento do Japão foram os bombardeios atômicos que aquele país sofreu...

Esquecem os apologistas da poluição que a posição central dos países do primeiro mundo se deve a hegemonia política e econômica por eles exercida, e não à destruição de seu meio ambiente. Esses países, ao contrário dos “subdesenvolvidos”, nunca foram colônias, no sentido econômico do termo.

A Índia, no século XVIII, ostentava um nível de vida e uma renda “per capita” análogo aos da Inglaterra. Não tinha indústrias, ao modo capitalista da Revolução Industrial, mas, contava com manufaturas florescentes, um comércio pujante e uma agricultura produtiva. Duzentos anos de colonialismo reduziram-na à posição marginal que hoje ocupa(21).

O mundo “pós-guerra fria” em que vivemos tende a polarizar-se em torno do conflito de interesses entre países ricos e pobres.

A poluição da terra e a superexploração de seus recursos é um subproduto da dominação destes por aqueles.

(19) “As Doenças Respiratórias diminuíram em Cubatão”, *Jornal da Tarde*, 07-03-90, p. 16.

(20) “A Luta de Cubatão para mudar sua imagem”, *Jornal da Tarde*, 02-10-89, p. 16.

(21) “A luta de Cubatão para mudar sua imagem”, *loc. cit.*

Um habitante do “mundo desenvolvido” (EUA, Europa Ocidental e Japão) consome 25 vezes mais recursos naturais que um íncola do “terceiro mundo”(22).

Somente os Estados Unidos, com 5% da população da terra, consomem 30% dos bens que ela produz. As indústrias americanas lançam na atmosfera muitas vezes mais gás carbônico que todas as queimadas da Amazônia.

É óbvio que o planeta não poderia suportar a globalização desse modelo. Como seria se os quatro bilhões de “subdesenvolvidos” passassem a consumir 25 vezes mais alimentos, aço, petróleo, energia, minérios, madeira, água? Onde iria parar o *efeito estufa*, se cada um deles tivesse um carro, como têm os americanos? Que seria da camada de ozônio, se houvesse cinco milhões de aparelhos de ar condicionado(23)?

As respostas são simples, e por causa delas duas coisas tornam-se claras:

Primeira: Os países ricos não permitirão, por uma questão de sobrevivência, a emergência de “novos-ricos”.

Segunda: Os países não-ricos, por idêntico motivo, terão, forçosamente, de rever seus modelos de desenvolvimento, tendo como princípios a valorização dos recursos naturais, finitos e insubstituíveis; a criação de tecnologias próprias, limpas e ecológicas; a eliminação do desperdício; e a orientação da produção, fundamentalmente, para o suprimento das necessidades básicas de suas próprias populações.

Cubatão, nunca mais.

(22) J. William Vesentini. “Sociedade e Espaço”, São Paulo, Editora Ática S/A, 1992.

(23) Washington Novaes, “A Terra Pede Água”, Revista Imprensa, São Paulo, 1992, nº 54.